

XVI CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

1ª PROVA - 2ª PARTE

CURITIBA/PR, 12/JULHO/98.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. No tocante à declaração judicial de inconstitucionalidade ou constitucionalidade de lei, é **correto** afirmar:

- a) comparada a situação atual com aquela vigente sob a Constituição de 1.967/69, a legitimação para propor a ação direta de inconstitucionalidade foi aumentada de forma significativa, possuindo-a atualmente (art. 103, Constituição da República): o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa da Assembléia Legislativa; o Governador do Estado; o Procurador Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- b) a legitimidade para propor a ação direta de constitucionalidade é atribuída às mesmas pessoas e órgãos que a detém para propor a ação direta de inconstitucionalidade;
- c) o controle difuso da constitucionalidade, por via de exceção ou defesa, somente pode ser exercido pelos Tribunais Superiores, não podendo eles declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público senão pela maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- d) no sistema constitucional vigente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal é de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- e) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações diretas de inconstitucionalidade, tendo ele a obrigação de defender o ato ou o texto impugnado.

52. No que tange aos meios de sanar ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder em prejuízo dos direitos e garantias individuais, é **incorreto** afirmar-se:

- a) conceder-se-á *habeas-corporis* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
- b) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas-corporis* ou *habeas-data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
- c) conceder-se-á *habeas-data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e para retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- d) o Mandado de injunção é cabível para suprir omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional dependente de regulamentação;
- e) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

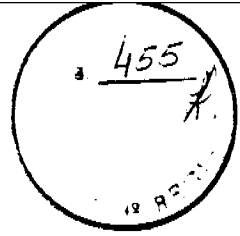
53. Aponte qual dos princípios processuais abaixo enumerados **não** é objeto de expressa previsão constitucional, embora possa-se deduzir da estrutura constitucional da duplicidade de pronunciamentos que o mesmo pertence à estrutura do Poder Judiciário:

- a) devido processo legal;
- b) ampla defesa;
- c) duplo grau de jurisdição;
- d) juiz natural;
- e) contraditório;

54. São cláusulas pétreas do sistema constitucional brasileiro atual:

- I - a forma federativa de Estado;
- II - o regime republicano de governo;
- III - a gratuidade de ensino em estabelecimentos oficiais de grau superior;
- IV - a separação dos Poderes;
- V - o voto direto, secreto, universal e periódico.

a) são corretas as opções I, II e IV;



- b) todas as opções são corretas;
- c) as opções I, II e V são corretas;
- d) as opções I, IV e V são corretas;
- e) são incorretas as opções II, III e IV.

55. No regime jurídico nascido com a Emenda Constitucional nº 19/98, o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público:

- a) não adquire mais estabilidade, pois tal instituto foi extinto pela Reforma Administrativa de 1.998;
- b) adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício do cargo e submissão à avaliação especial de desempenho;
- c) adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício do cargo e submissão à avaliação especial de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;
- d) adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício do cargo;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

56. São princípios constitucionais da Administração Pública expressos de forma literal no art. 37, *caput*, da Constituição da República (com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/98):

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- b) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e especialidade;
- c) legalidade, impessoalidade, moralidade, supremacia do interesse público e finalidade;
- d) legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e proporcionalidade;
- e) legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

57. No que tange à greve no serviço público, é correto afirmar-se:

- a) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;
- b) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;
- c) o direito de greve não mais existe, posto que extinto pela Reforma Administrativa de 1.998;
- d) com a Reforma Administrativa de 1.998, aplica-se ao servidor público, quanto ao direito de greve, a Lei 7.783/89;
- e) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em medida provisória, de iniciativa do chefe do Poder Executivo de cada uma das unidades da federação.

456
H.

58. Assinale a alternativa **correta**:

- a) O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, sendo composto por 12 (doze) Ministros escolhidos entre cidadãos com mais de 35 (trinta e cinco) anos e menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada;
- b) O magistrado tem a garantia constitucional da inamovibilidade, daí que poderá ser removido de sua sede somente com o seu prévio consentimento;
- c) a garantia da vitaliciedade significa que o juiz só perderá o cargo por força de decisão judicial, mas não impede que o magistrado seja posto em disponibilidade, por interesse público, pelo voto de dois terços dos membros efetivos do tribunal a que pertencer, assegurada ampla defesa;
- d) é obrigatória a promoção do magistrado que figure por 3 (três) vezes consecutivas ou alternadas em lista de merecimento;
- e) o Estatuto da Magistratura, previsto no art. 93, da Constituição da República, deverá constar de lei ordinária, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

59. O denominado Quinto Constitucional (art. 94, da Constituição da República) **não é observado** no preenchimento de vagas:

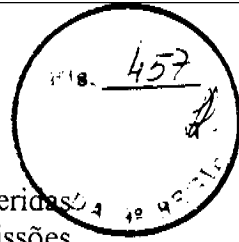
- a) nos Tribunais de Alçada;
- b) nos Tribunais dos Territórios;
- c) no Supremo Tribunal Federal;
- d) nos Tribunais de Justiça;
- e) nos Tribunais Regionais Federais;

60. O Procurador-Geral da República é nomeado pelo Presidente da República, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros:

- a) da Câmara dos Deputados;
- b) do Congresso Nacional;
- c) do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União;
- d) do Conselho da República;
- e) do Senado Federal.

61. Assinale a alternativa **correta**:

- a) o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado sempre pelo Vice-Presidente da República;



- b) o Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais;
- c) no sistema de governo presidencialista brasileiro, o Presidente da República é o chefe de governo e o Vice-Presidente o chefe de Estado;
- d) os Ministros de Estado são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

62. Observada a jurisprudência sumulada do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA e as regras de competência fixadas na Constituição da República, é **incorreto** afirmar-se:

- a) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único (Súmula 97; artigos 39 e 114, CF);
- b) Compete à Justiça Federal processar e julgar crime de falso testemunho no processo trabalhista (Súmula 165; art. 109-IV, CF);
- c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar o pedido de reintegração em cargo público federal, ainda que o servidor tenha sido dispensado antes da instituição do regime jurídico único (Súmula 173; art. 109-I, CF);
- d) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário (Súmula 137; art. 114, CF);
- e) Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino (Súmula 104; art. 109-IV, CF).

Direito Civil

63) -CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO FORMULADAS, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- I - A decadência é decretada somente se o interessado a arguir.
- II- A decadência pode ser legal, judicial ou convencional.
- III- A preciação só tem origem legal.
- IV- A decadência só abrange os direitos potestativos.
- V- A decadência suspende-se por certos motivos declarados em lei e pode ser interrompida em seu curso, reiniciando-se.

- a) - todas as assertivas são falsas.
- b) - as assertivas I, II e IV são falsas.
- c) - as assertivas III, IV e V são falsas.
- d) - as assertivas III e II são falsas.
- e) - as assertivas I, IV e V são falsas.

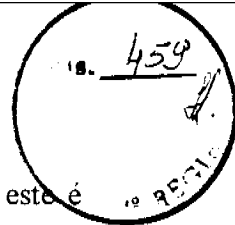
64)- CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO FORMULADAS, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- 1 - Os prosélitos da unidade do direito privado sustentam que a diferenciação entre seus ramos ofende o princípio da isonomia.
- 2 - Há sistemas nos quais as leis civis e comerciais são reunidas em uma legislação única.
- 3 - Os que defendem a diversidade do direito privado dizem-na de rigor, porque o direito civil considera os bens no seu valor de uso e o direito comercial os encara sob o valor de troca.
- 4 - Justificar-se-ia a dualidade do direito privado, eis que o direito civil regula os fatos que se processam na esfera da produção, sendo a circulação de riqueza campo do direito comercial.
- 5 - Os favoráveis à unificação do direito privado, argüem a dificuldade de distinguirem-se os atos de comércio, dos atos da vida civil.

- a) - as afirmativas 1, 3 e 4 são falsas.
- b) - as afirmativas 2 e 5 são falsas.
- c) - todas as afirmativas são corretas.
- d) - as afirmativas 2 e 4 são falsas.
- e) - as afirmativas 1 e 5 são falsas.

65) - CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO FORMULADAS, ASSINALE A ALTERNATIVA EXATA:

- I - No conceito jurídico de domicílio integram-se os elementos material da residência e psicológico do ânimo definitivo.
- II - Domicílio e residência não se confundem, mesmo que o cidadão morde e tenha atividades habituais em vários lugares.



III- Não se admite no Direito Civil Brasileiro a pluralidade de domicílio, eis que este é necessariamente um só.

IV - O conceito de domicílio necessário envolve presunção *juris tantum*.

V - A prova da mudança de domicílio só pode ocorrer com formal declaração da pessoa prestada à municipalidade.

- a) - só o enunciado I é correto.
- b) - os enunciados III e V são corretos.
- c) - os enunciados IV e II são corretos.
- d) - nenhum dos enunciados é correto.
- e) - os enunciados I e II são corretos.

66) - CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO FORMULADAS, ASSINALE A OPÇÃO CERTA:

1 - A hipótese de compra e venda de obra de arte, sem for aceita em determinada exposição, é negócio sob condição resolutiva.

2 - A aceitação da herança pode ser feita sob condição ou termo.

3 - A promessa de pagamento de dívida, tão logo fosse vendido o imóvel, encerra condição meramente potestativa e, por conseguinte, ilícita.

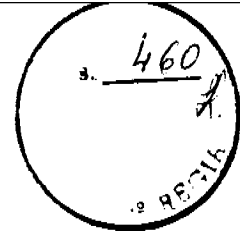
4 - O termo é incerto quando configura fato inexorável, mas que não se pode precisar os exato momento de sua ocorrência.

5 - Distingue-se encargo e condição, eis que esta impede a aquisição do direito, o que não ocorre com o primeiro.

- a) - as proposições 1 e 5 são corretas.
- b) - as proposições 2 e 3 são falsas.
- c) - as proposições 3 e 4 são corretas.
- d) - as proposições 2 e 4 são falsas.
- e) - as proposições 4 e 5 são falsas.

67) - ESCOLHA A OPÇÃO CORRETA:

A compensação:



- a) - pode ocorrer entre dívidas ilíquidas.
- b) - é possível entre dívidas líquidas, vencidas e coisas fungíveis.
- c) - não é impedida pela diferença de qualidade entre os objetos das prestações.
- d) - pode ocorrer entre dívidas alimentares.
- e) - pode ocorrer entre bens fungíveis e imóveis.

68) MARQUE A ALTERNATIVA ERRADA:

- a) - a anulabilidade pode ser alegada e promovida pelos prejudicados com o ato, ou por seus legítimos representantes; a nulidade pode ser decretada não só a pedido dos interessados como também do Ministério Público.
- b) - a anulabilidade há de ser pronunciada mediante provocação das partes, não podendo ser decretada *ex officio* pelo Juiz; a nulidade pode e deve ser decretada de ofício.
- c) - a anulabilidade pode ser suprida pelo Juiz a requerimento das partes, ou sanada, expressa ou tacitamente, pela notificação; a nulidade não pode ser suprida pelo Juiz, mesmo a pedido de todos os interessados.
- d) - a anulabilidade é decretada no interesse coletivo, é de ordem pública e geral; a nulidade é decretada no interesse privado da pessoa prejudicada.
- e) - entre as causas que podem determinar a anulabilidade encontram-se: a incapacidade do agente; os vícios do consentimento; situação particular de determinada pessoa.

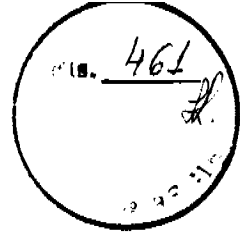
69) - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

A desconsideração da personalidade jurídica, consoante previsão do Código do Consumidor, implica:

- a) - a dissolução de uma pessoa jurídica, deliberada entre seus membros, ressalvados os direitos da minoria.
- b) - a extinção de uma pessoa jurídica.
- c) - a negação do princípio de que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros.
- d) - a extinção de uma pessoa jurídica, ressalvados direitos de terceiros.
- e) - a fusão de duas pessoas jurídicas.

70) - ESCOLHA A AFIRMATIVA CORRETA:

Na obrigação solidária passiva, ocorrendo a morte de um devedor:



- a) - esta aproveita os demais devedores passivos.
- b) - devem os herdeiros do *de cujus* assumir o quinhão da dívida do pai até as forças da herança.
- c) - exoneram-se os herdeiros, pois não fizeram parte da obrigação.
- d) - os demais devedores solidários suportarão a parte do morto, apesar de deixar bens.
- e) - extingue-se a obrigação em relação à quota-parte do falecido.

71) - ESCOLHA A AFIRMATIVA CORRETA:

A exceção do contrato não cumprido consiste numa faculdade que a lei ressalva às partes quando:

- a) - o donatário pratica atos que evidenciam ingratidão.
- b) - o locatário deixa de pagar o aluguel e os demais encargos locatícios.
- c) - inserida a cláusula de retrovenda num contrato de compra e venda, o adquirente não concorda em devolver o imóvel ao alienante, ainda que este tenha se manifestado dentro do prazo legal.
- d) - as prestações de ambas as partes devem ser cumpridas no mesmo instante e uma delas se nega a adimplir a sua.
- e) - o alienante já entregou sua prestação e o adquirente tornou-se inadimplente.

72) - Ocorrido um ato que caracterize a responsabilidade civil, é **incorreto dizer-se:**

- a) - a responsabilidade do profissional liberal é apurada em razão da existência de culpa ou dolo.
- b) - a indenização decorrente do homicídio consiste no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, funeral, luto da família e alimentos a quem o defunto os devia.
- c) - o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem aos sucessores do agente.
- d) - a indenização pela cobrança de dívida já paga consiste no pagamento, ao devedor, do dobro da quantia paga.
- e) - a indenização decorrente de esbulho do alheio poderá consistir na restituição da coisa, mais o valor de suas deteriorações.

73) - A criação de uma fundação é ato jurídico, sendo **correto afirmar-se:**

- a) - pode decorrer de lei quando o instituidor for o Poder Público.

- b) - pode decorrer da manifestação do instituidor, expressa em testamento.
- c) - pode decorrer de manifestação do instituidor, expressa em escritura pública.
- e) - todas as alternativas estão corretas.

74) - -CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES ABAIXO FORMULADAS, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

Quanto aos efeitos das obrigações pode afirmar-se:

- 1) - Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- 2) - O pagamento de boa fé ao credor putativo é válido, ainda provando-se depois que não era credor.
- 3) - O devedor que paga, tem direito à quitação regular, mas não pode reter o pagamento enquanto não lhe for dada a quitação.

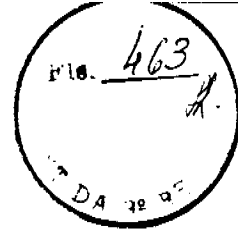
- a) - Apenas a de nº 3.
- b) - Todas são corretas.
- c) - Todas são incorretas.
- d) - São corretas as afirmativas 1 e 2.
- e) - São corretas as afirmativas 2 e 3.

75 -ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) - a responsabilidade civil independe da penal.
- b) - não se pode questionar no Juízo Cível sobre a existência do fato ou de sua autoria quando já definidas no Juízo Criminal.
- c) - é possível a indenização por calúnia ou injúria.
- d) - a responsabilidade civil não é transmissível.
- e) - é indenizável ofensa à liberdade pessoal decorrente de prisão por falsa denúncia ou feita de má-fé.

76) - A única hipótese que caracteriza situação sujeita à prescrição é a relativa:

- a) - ao direito dos médicos para cobrar seus honorários profissionais.
- b) - ao direito que tem o cônjuge coato para anular seu próprio casamento.
- c) - ao direito do adotado para se desligar da adoção realizada em sua minoridade.



- d) - ao direito do cônjuge enganado para anular ao casamento na hipótese de erro essencial de pessoa.
- e) ao direito que tem o marido para contestar o estado de filho que desfruta criança nascida de sua mulher, na constância do casamento.

77) - Ultimado o negócio jurídico condicional é **incorreto** afirmar que:

- a) - o mesmo negócio pode estar sujeito a uma condição suspensiva e à outra resolutiva.
- b) - titular de direito eventual, no caso de condição suspensiva, não pode exercitar atos destinados a proteger este direito.
- c) - o negócio jurídico produzirá todos os seus efeitos, até que a condição se implemente, caso seja resolutiva.
- d) sendo resolutiva a condição, os direitos estabelecidos pelo negócio podem ser exigidos desde o momento de sua formação.
- e) - o direito a que visa o negócio não se considerará adquirido se a condição suspensiva à qual se subordina não se implementar.

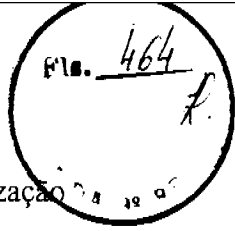
Direito Comercial

78) Dos exemplos abaixo descritos assinale a alternativa que compreende os atos classificados como “de comércio por força ou autoridade da lei”:

- a) atos praticados por uma sociedade anônima;
- b) atos praticados por toda e qualquer empresa mercantil;
- c) operações de comércio marítimo;
- d) as alternativas “a” e “b” estão corretas;
- e) as alternativas “a” e “c” estão corretas.

79) Em relação às sociedades de economia mista é correto afirmar, exceto:

- a) não estão sujeitas à falência, mas a pessoa jurídica de direito público que a controla responde, subsidiariamente, pelas suas obrigações;
- b) a pessoa jurídica de direito público que a controla tem os mesmos deveres e responsabilidades que o acionista controlador nas sociedades privadas;



c) a constituição das sociedades de economia mista depende de prévia autorização legislativa;

d) quando uma pessoa jurídica de direito público adquirir, por desapropriação, o controle de sociedade já existente, os seus acionistas poderão pedir o reembolso de suas ações, caso não queiram permanecer na sociedade;

e) a administração da sociedade contará, obrigatoriamente, com um Conselho de Administração, não sendo assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger conselheiros.

80) Assinale a alternativa correta:

a) *transformação* é a operação pela qual uma sociedade passa, independentemente de dissolução ou liquidação, de uma espécie para outra;

b) a *incorporação* de sociedade em outra pode ser operada entre sociedades de tipos diferentes, constituindo uma reforma estatutária ou contratual;

c) ocorrendo a *fusão* de sociedades, e, silenciando os credores em relação a tal fato, tem-se como caracterizada a aceitação da nova sociedade, havendo, assim, novação tácita;

d) as alternativas acima estão corretas;

e) somente as alternativas “a” e “b” estão corretas.

81) Relativamente às invenções ocorridas durante o vínculo de emprego está correto afirmar que:

a) se a invenção for “*de serviço*” a propriedade da patente é do empregador, que pode explorá-la livremente, respeitada a paternidade do invento pelo interesse moral dele resultante para o inventor;

b) na invenção classificada como “*livre*” o empregado não tem a obrigação de comunicá-la ao empregador, mesmo diante da fidelidade inerente ao seu contrato de trabalho;

c) a invenção feita por empregados e classificada como “*de empresa ou de estabelecimento*” não permite ao empregador vindicar a propriedade da patente a ela correspondente;

d) as alternativas “a” e “c” estão corretas;

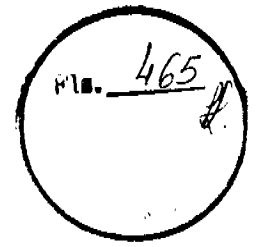
e) todas as alternativas são incorretas.

82) Os livros comerciais:

a) somente fazem prova a favor do comerciante;

b) fazem prova plena contra o comerciante;

c) jamais valerão como meio de prova contra pessoas não comerciantes;



- d) se dividem em duas categorias: *livros facultativos e livros especiais*;
- e) as alternativas "b" e "c" estão corretas.

83) A exibição por inteiro dos livros comerciais poderá ser ordenada pelo juiz:

- a) na liquidação da sociedade;
- b) a favor dos interessados em questões de gestão mercantil por conta de outrem;
- c) na sucessão por morte do sócio;
- d) todas as alternativas acima estão corretas;
- e) somente as alternativas "a" e "c" estão corretas.

84) Nas sociedades de fato:

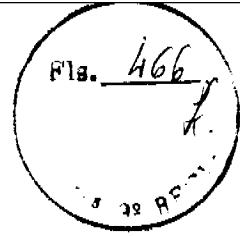
- a) nunca existirão atos constitutivos escritos;
- b) existe personalidade jurídica própria;
- c) os sócios são solidariamente responsáveis, de forma ilimitada, em relação a terceiros, pelas obrigações sociais;
- d) as alternativas "a" e "c" estão corretas;
- e) todas as alternativas estão corretas.

85) Uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada:

- a) pode integrar o quadro societário de outra limitada;
- b) não pode ser sócia de outra congênera;
- c) só pode integrar o quadro societário de sociedade anônima;
- d) não pode integrar o quadro societário de nenhum outro tipo de empresa;
- e) nenhuma alternativa está correta.

86) Nas sociedades de capital e indústria:

- a) não mencionando o contrato a base dos lucros do sócio de indústria, essa será a mesma que obtiver o sócio que contribuir com a menor quota para o capital social;
- b) os sócios de indústria não participarão das perdas da sociedade, sendo essas suportadas, na sua totalidade, pelos sócios capitalistas;



- c) aos sócios capitalistas compete, privativamente, a gerência da sociedade;
- d) as alternativas "a", "b" e "c" estão corretas;
- e) somente as alternativas "b" e "c" estão corretas.

87) Na classificação dos créditos na falência, os créditos trabalhistas:

- a) gozam de superprivilégio, se relativos a salários e indenizações;
- b) têm superprivilégio até um terço do montante, sendo o restante crédito quirografário;
- c) têm precedência sobre os demais créditos, salvo tributários;
- d) gozam de privilégio até o limite de um terço dos salários e indenizações;
- e) compreendem a totalidade dos salários, a totalidade das indenizações e a remuneração das férias, constituindo crédito privilegiado.

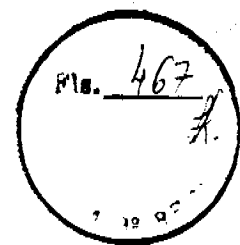
DIREITO ADMINISTRATIVO

88. No que tange à anulação ou invalidação dos atos administrativos, é **correto** afirmar, à vista da jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal (Súmula 473, STF):

- a) revoga-se ato administrativo inválido; anula-se ato administrativo válido;
- b) a revogação do ato administrativo é prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário, já que a Administração Pública não pode revogá-lo *ex officio*;
- c) a revogação do ato administrativo pode ser levada a efeito tanto pela própria Administração Pública como pelo Poder Judiciário, este quando provocado, produzindo sempre efeitos *ex tunc*;
- d) a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

89. Aponte, entre os atos administrativos abaixo transcritos, aquele em que a atuação da Administração Pública é **vinculada**:

- a) licença para construir;
- b) autorização para porte de arma;
- c) autorização para exploração de jazida mineral;



- d) permissão de uso de bem público;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

90. Quanto aos elementos ou requisitos formadores do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) a forma é livre, desde que a lei não seja contrariada;
- b) o motivo diz respeito, tão somente, ao **enunciado** fático do ato e as explicações que o administrador público se obriga a prestar;
- c) a finalidade pública só é obrigatória nos atos vinculados;
- d) a competência é a parcela de poder **atribuída**, por lei, ao agente público para a realização do ato;
- e) a finalidade é o campo de excelência da atuação discricionária da Administração Pública, podendo o Administrador Público adotar critérios de conveniência e oportunidade na verificação de tal requisito ou elemento.

91. Analise as seguintes premissas acerca da responsabilidade civil extracontratual do Estado e depois opte por uma das alternativas abaixo:

I - a teoria da irresponsabilidade, adotada na época dos estados absolutos, repousava fundamentalmente na idéia de soberania, **dai** que qualquer responsabilidade atribuída ao Estado significava colocá-lo no mesmo nível do súdito, em desrespeito à sua soberania, encontrando-se hoje totalmente superada;

II - a teoria da culpa civil ou da responsabilidade subjetiva procurava equiparar a situação do Estado à do patrão ou comitente, aceitando a responsabilidade do Estado desde que demonstrada a culpa;

III - a responsabilidade objetiva do Estado é admitida pacificamente no direito administrativo brasileiro atual, na modalidade do risco administrativo, exigindo a norma constitucional (§ 6º, art. 37, da Constituição da República) que ela tenha como fundamento a causação de dano a terceiros, em decorrência da prestação de serviço público, por pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado prestadora de serviços públicos, desde que o dano seja causado por agente das aludidas pessoas jurídicas, atuando nessa qualidade;

IV - no sistema vigente, a exclusão da responsabilidade do Estado acontece quando o dano decorre de culpa exclusiva da vítima, força maior e caso fortuito;

V - no sistema vigente, havendo culpa da vítima, há que se distinguir se é sua culpa exclusiva ou concorrente com a do poder público; no primeiro caso, o Estado não responde; no segundo, atenua-se a sua responsabilidade, que se reparte com a da vítima.

- a) As assertivas I, IV e V são verdadeiras;
- b) todas as assertivas são verdadeiras;



- c) as assertivas I, II, IV e V são falsas;
- d) as assertivas IV e V são falsas;
- e) as assertivas I, III e V são verdadeiras.

92. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos casos especificados nas alíneas do inciso XVI, do art. 37, da Constituição da República (redação de acordo com a Emenda Constitucional nº 19/98), podendo-se afirmar, ainda, que:

- a) a proibição de acumular se restringe a cargos e se aplica apenas no âmbito da Administração Direta;
- b) a proibição de acumular estende-se também a emprego público, mas não a função pública;
- c) a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;
- d) a proibição de acumular estende-se a empregos e funções, mas abrange apenas as autarquias e fundações de direito público;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

Direito Previdenciário

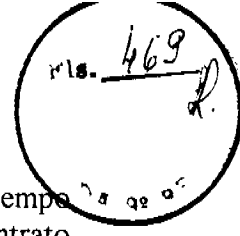
93) Marque:

- a) se todas as proposições abaixo forem verdadeiras;
- b) se somente as proposições I e IV forem verdadeiras;
- c) se somente as proposições II e III forem verdadeiras;
- d) se apenas a proposição III for verdadeira;
- e) se nenhuma das proposições forem verdadeiras.

I - O auxílio-doença somente é devido após o 15º (décimo quinto) dia do afastamento da atividade, em caso de segurado empregado;

II - Não há período de carência para o recebimento do benefício previdenciário denominado "salário-maternidade";

III - A aposentadoria do empregado por invalidez acarreta a suspensão do seu contrato de trabalho;



IV - Admite-se, para fins de prestações previdenciárias, o reconhecimento do tempo de serviço prestado como doméstica pela mãe ao próprio filho através de um contrato específico.

94) Marque:

- a) se todas as proposições abaixo forem verdadeiras;
- b) se somente as proposições I e IV forem verdadeiras;
- c) se somente as proposições II e III forem verdadeiras;
- d) se apenas a proposição III for verdadeira;
- e) se nenhuma das proposições forem verdadeiras.

I - A mãe do segurado não tem direito à pensão previdenciária, em caso de morte do filho, mesmo provada a dependência econômica, embora não exclusiva;

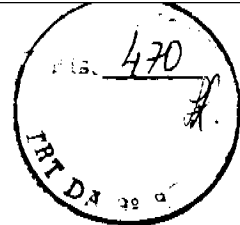
II - Para que faça jus à isenção da quota patronal relativa às contribuições previdenciárias, é indispensável comprove a entidade filantrópica ter sido declarada de utilidade pública por decreto federal;

III - É legítima a divisão da pensão entre a esposa e a companheira, atendidos os requisitos exigidos;

IV - A constituição de crédito previdenciário não está sujeita ao prazo de decadência de 5 (cinco) anos.

95) Caso uma sentença trabalhista tenha reconhecido a existência de vínculo de emprego entre as partes, os recolhimentos previdenciários dela decorrentes serão executados pela:

- a) própria Justiça do Trabalho, *ex officio*;
- b) própria Justiça do Trabalho, a requerimento do IAPAS;
- c) própria Justiça do Trabalho, mediante iniciativa do Ministério Público;
- d) Justiça Federal, mediante iniciativa do IAPAS;
- e) Justiça Comum Estadual, mediante iniciativa do IAPAS.



Direito Penal

96) Pretendendo favorecer os interesses da empresa para a qual trabalha, no curso de um processo trabalhista ainda em fase de primeiro grau, o preposto usa de grave ameaça contra o juiz classista representante dos empregadores. Neste caso:

- a) não se caracterizou o crime de coação no curso do processo porque a ameaça não foi dirigida ao juiz presidente;
- b) não se caracterizou o crime de coação no curso do processo porque a decisão na Justiça do Trabalho é tomada por um Colegiado e não por um juiz singular;
- c) caracterizou-se o crime de coação no curso do processo;
- d) houve crime de exercício arbitrário das próprias razões;
- e) nenhuma das alternativas é verdadeira.

97) Prestando depoimento em processo trabalhista, uma testemunha, devidamente compromissada, presta informações falsas que beneficiavam um dos litigantes. A parte prejudicada no processo requer a juntada de documentos idôneos que comprovam que a testemunha estava mentindo. Também comprova ter ela feito as afirmações seguindo instruções do advogado da parte interessada, muito embora soubesse que seu depoimento não era verdadeiro, conhecimento este que também detinha o profissional que a orientou.

Com base em tais dados, assinale a alternativa **correta**:

- a) o advogado será processado judicialmente como partícipe no crime de falso testemunho;
- b) não houve o cometimento de crime, já que a parte contrária impediu que as afirmações falsas fossem levadas em consideração no julgamento da ação;
- c) a testemunha não pode ser punida porque agiu seguindo orientação do advogado;
- d) a testemunha poderá se retratar, e com isso impedir que o fato se torne punível, até a prolação da sentença;
- e) a retratação se caracteriza somente como uma atenuante no julgamento do processo criminal.

98) Instado a se manifestar sobre os documentos carreados ao processo pelo empregador, o reclamante impugna os recibos de férias, sob a alegação de que foram assinados em branco, pois não usufruiu os descansos neles apontados. No curso do processo comprova-



se a inveracidade da sua alegação, já que durante o contrato esteve ausente do país justamente nos períodos apontados nos documentos.

Com base em tais informações, assinale a alternativa **correta**:

- a) o reclamante cometeu crime de injúria;
- b) o reclamante cometeu crime de difamação;
- c) o reclamante cometeu crime de calúnia;
- d) o reclamante não cometeu crime algum, pois estava amparado pela imunidade judiciária;
- e) o reclamante agiu no exercício regular do amplo direito de defesa assegurado pela lei.

Direito Internacional

99) Com relação às assertivas abaixo, assinale:

- a) se somente as alternativas I, II e III forem verdadeiras;
- b) se somente as alternativas II, III e IV forem verdadeiras;
- c) se somente as alternativas I, III e IV forem verdadeiras;
- d) se todas as alternativas forem verdadeiras;
- e) se nenhuma alternativa for verdadeira.

I - Dá-se o nome de corpo diplomático aos militares, ministros ou outros equivalentes, enviados a um determinado País;

II - As delegações às Conferências Anuais da OIT são compostas de representantes estatais, dos trabalhadores e dos empregadores;

III - A inviolabilidade dos diplomatas é uma prerrogativa que põe o representante a salvo de imposições e constrangimentos provenientes de autoridades, nos casos previstos em lei;

IV - Como agentes de proteção, incumbe aos cônsules, dentre outros misteres, proteger os seus nacionais e assisti-los em suas justas pretensões perante as autoridades locais;

V - A Corte Internacional de Justiça é um organismo especializado vinculado à ONU.

100) Das afirmações abaixo:

I - A inviolabilidade pessoal, de documentos, do automóvel e da sede da missão são algumas das prerrogativas do Chefe de Estado;

II - O Agente Diplomático pode submeter-se à jurisdição civil do Estado acreditado se renunciar à imunidade;

III- O Agente Diplomático tem isenção apenas de alguns impostos pessoais diretos;

IV - As Repartições Consulares representam o Estado;

V - A promulgação da Ratificação da Convenção Internacional no Brasil se dá por decreto de promulgação do Congresso Nacional.

São corretas:

a) I e II;

b) I e III;

c) II, III e IV;

d) III, IV e V;

e) I, II e V.